



**REGULAMENTO
FUNDO DE ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL - FAE**

I – OBJETIVO:

Artigo 1º - O objetivo do FAE é emprestar recursos aos associados da AFA que passam por dificuldades financeiras, em função de doenças, falecimentos, acidentes e sinistros patrimoniais.

II – CUSTEIO:

Artigo 2º - O FAE será custeado pelos recursos oriundos de:

- I - Rentabilidade das aplicações financeiras dos recursos;
- II - Doações destinadas exclusivamente ao Fundo.

III - ADMINISTRAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO:

Artigo 3º - A Diretoria da AFA será responsável pela administração dos recursos, bem como pela operacionalização das solicitações e respectivos controles.

IV - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES:

Artigo 4º - O FAE terá uma Comissão Estadual e Comissões Regionais, com as seguintes composições, respectivamente:

§1º - Comissão Estadual:

- Diretor de Gestão do FAE, como Coordenador;
- Representante do Núcleo Central da AFA;
- Representante do Núcleo Regional de Curitiba da AFA;
- Representante de Administração e Finanças AFA;

§2º - Comissão Regional:

- Coordenador Regional da AFA, como Coordenador;
- Membro do Núcleo Regional da AFA;

§3º - Suplentes:

Na Comissão Estadual cada representante terá um suplente. Na Comissão Regional terá apenas um suplente.

§4º - Indicação dos representantes:

Os representantes, titulares e suplentes, serão indicados pela Diretoria da AFA e pelos Núcleos da AFA.

§5º - Duração do mandato:

Os representantes das comissões terão mandato de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos por mais um mandato.



V - SOLICITAÇÃO DO EMPRÉSTIMO:

Artigo 5º - Todo solicitante fará o seu pedido, preenchendo o Formulário Oficial, em todos os seus campos, disponível no site da AFA: www.afapr.org.br

§1º - Os pedidos da Unidade Estadual e Regional de Curitiba serão encaminhados diretamente à Comissão Estadual;

§2º - Os pedidos das regiões devem ser encaminhados às Comissões Regionais;

§3º - A Comissão Regional analisará os pedidos, e sendo o parecer favorável, os encaminhará para a Comissão Estadual;

§4º - A Comissão Estadual reunir-se-á um dia por semana, com a presença de, no mínimo, 3 (três) representantes, para analisar os pedidos. Suas deliberações serão tomadas por maioria simples de votos;

§5º - A Comissão Estadual levará em consideração para análise do pedido:

- a) Pertinência do pedido;
- b) Parecer da Comissão Regional;
- c) Salário líquido do solicitante;
- d) Margem consignável;
- e) Cópia do holerite no caso dos estatutários.

§6º - Em caso de solicitação de empréstimo para o Representante de Comissão, a análise do pedido será feita sem a sua participação;

§7º - Quando do falecimento do associado, a família terá direito a auxílio-funeral, cuja solicitação deverá ser feita pelos seus dependentes diretos, desde que não possua empréstimo vigente. Caso tenha empréstimo e o valor seja menor, receberá a diferença. O valor do repasse será a fundo perdido e correspondente a 50% do teto máximo conforme artigo VIII, parágrafo 1º, não se estendendo a cônjuge e dependentes. Prazo para solicitação de até (30) trinta dias.

§8º - As decisões e deliberações da Comissão Estadual serão lavradas no Livro próprio de Atas, e repassadas à Área Financeira, para a liberação dos recursos, ou envio de carta ao solicitante, quando do indeferimento do pedido.

VI – BENEFICIÁRIOS:

Artigo 6º - O acesso aos recursos do FAE será disponibilizado para:

- I - Associados da AFA;
- II - Funcionárias (os) da AFA.



VII - CASOS ATENDIDOS:

Artigo 7º - O FAE disponibilizará recursos por empréstimo para os seguintes casos:

I - Tratamento de saúde, doenças graves, afastamento por doença, acidentes pessoais, internamentos clínicos e cirúrgicos, da parte não coberta pelos Planos de Saúde;

II - Sinistros patrimoniais (desabamentos, enchentes, granizo, incêndio, vendaval e roubos);

III - Acidentes com veículos do Instituto EMATER, para cobertura de prejuízos e danos materiais dos veículos de terceiros;

IV - Despesas de funeral (urna, traslado e taxas legais) para dependentes diretos, desde que os mesmos não possuam seguro de vida;

V - Aquisição de prótese auditiva, com apresentação de no mínimo dois orçamentos;

VI - Aquisição de medicamentos, mediante apresentação da receita médica e orçamento prévio da farmácia;

VII - Aquisição de óculos de grau e de lentes de contato, mediante apresentação da receita médica e orçamento da ótica;

VIII - Tratamento odontológico, mediante apresentação de orçamento descritivo:

a) Implantes, tratamentos para correção e colocação de aparelhos ortodônticos serão liberados mediante comprovação da necessidade.

b) Não serão atendidas as solicitações para manutenção de aparelhos ortodônticos.

VIII - VALOR DO EMPRÉSTIMO:

Artigo 8º - Os valores liberados terão os seguintes limites:

§1º - Itens I, II, III e IV = até R\$ 7.000,00 (sete mil reais);

§2º - Itens V e VIII = até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);

§3º - Itens VI e VII = até R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

IX - CONCESSÃO DO EMPRÉSTIMO:

Artigo 9º - O empréstimo somente será concedido mediante:

a) Pedido feito pelo próprio associado;

b) Autorização para desconto em folha, assinada pelo funcionário do Instituto EMATER ou da AFA;

- c) Autorização para desconto dos benefícios da FAPA, assinada pelo solicitante assistido;
- d) Para associados licenciados, associados aposentados e servidores estatutários, o pagamento será via boleto bancário ou débito em conta.
- e) Assinatura de nota promissória do montante emprestado.

§ 1º - Em caso de atraso será emitido boleto com identificador de protesto.

X - DEVOLUÇÃO DO EMPRÉSTIMO:

Artigo 10º - Na devolução serão observadas as seguintes condições:

§1º - O valor do empréstimo será devolvido integralmente, sem correção e juros, à vista ou em parcelas mensais;

§2º - O número de parcelas será definido pela Comissão Estadual, conforme pedido e condição financeira do solicitante, limitado a 36 parcelas.

§3º - Haverá carência somente em casos excepcionais e será no máximo de até 6 (seis) meses.

XI - QUITAÇÃO DO EMPRÉSTIMO:

Artigo 11º - Nos casos de demissão ou falecimento a quitação do empréstimo será:

§1º - Demissão do funcionário da AFA ou do Instituto EMATER, o saldo devedor será quitado no acerto de contas;

§2º - O servidor estatutário quando do seu desligamento do Instituto EMATER deverá quitar o saldo devedor.

§3º - Falecimento do associado, o empréstimo será considerado quitado.

XII – INADIMPLÊNCIA:

Artigo 12º - O beneficiário inadimplente somente terá direito a novo empréstimo, após a quitação do saldo devedor, acrescido de 1% (um por cento) de juros ao mês e multa de 2% (dois por cento).

Observar o artigo 9 (nove) do Estatuto Social da AFA.

XIII - PRESTAÇÃO DE CONTAS:

Artigo 13º - A Comissão Estadual do FAE deverá apresentar/divulgar:

§1º - Semestralmente - Relatório Informativo, contendo:

- a) Número de beneficiários atendidos por região e total;
- b) Valor dos empréstimos;



- c) Valores a receber;
- d) Valor e número de beneficiários inadimplentes;
- e) Valor total dos recursos disponíveis sob consulta do beneficiário;
- f) Valor aplicado;
- g) Rendimentos auferidos.

§2º - Anualmente - Demonstrativo Financeiro, após o encerramento do exercício fiscal.

XIV – FISCALIZAÇÃO:

Artigo 14º - O Conselho Fiscal da AFA será responsável pela fiscalização:

- I - Dos procedimentos administrativos e operacionais;
- II - Pela movimentação e aplicação dos recursos financeiros do FAE.

XV - MODIFICAÇÃO DO REGULAMENTO:

Artigo 15º - O presente Regulamento somente poderá ser modificado pela Assembleia Geral Extraordinária, após análise da Diretoria Estadual da AFA e Comissão Estadual do FAE.

XVI - EXTINÇÃO DO FAE:

Artigo 16º - Para a extinção do FAE deverão ser observados os parágrafos abaixo:

§1º - A extinção do FAE somente poderá ser homologada pela Assembleia Geral Extraordinária da AFA, após ouvida a Comissão Estadual do FAE.

§2º - A destinação dos recursos financeiros remanescentes será da responsabilidade da Assembleia Geral Extraordinária da AFA.

XVII – VIGÊNCIA:

Artigo 17º - O presente Regulamento entra em vigor com suas alterações, em 13 de setembro de 2017, data de sua aprovação em Assembleia Geral Extraordinária.

José Carlos Schipitoski
Diretor Presidente da AFA

Luci Mari de Lima Passos
Diretora Social da AFA
Secretária designada

Walter S. de Macedo
OAB/PR nº 12459